RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: NOVOS ENFOQUES DA CONTABILIDADE

Carlos Adriano dos Santos[1]
Dione Pedro da Silva[2]
Rafael Gomes de Souza[3]

RESUMO

O artigo apresenta as novas abordagens contábeis desenvolvidas em função da crescente preocupação com os impactos sociais e ambientais provocados pela atuação empresarial. Para tanto, foram abordados assuntos como a evolução da contabilidade, a contabilidade social e a contabilidade ambiental. Após expor as novas abordagens contábeis, percebe-se a importância de se expandir o conhecimento do contador para áreas como a responsabilidade social e a conservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Social. Contabilidade Ambiental. Responsabilidade Socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Empresarial começou a ser discutida na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 50 (TINOCO, 2011). Os assalariados passaram a exigir dos empregadores, informações contábeis, que até então, não tinham acesso, como o desempenho da organização e informações sociais relacionadas aos trabalhadores na empresa.

Entre as décadas de 60 e 70, período em que ocorria a Guerra do Vietnã, iniciou-se um debate onde o tema era a responsabilidade pública da empresa, tal acontecimento se deu porque, segundo Tinoco (2001), a sociedade insatisfeita repudiou a disputa e a utilização de armamentos produzidos pelas empresas norte-americanas que prejudicaram o homem e o meio ambiente, fazendo com que muitas organizações redigissem uma nova moral empresarial.

Nas assembleias gerais de acionistas, os grupos formados por pessoas que detinham “portfólio” de ações nas grandes empresas, utilizavam os poderes conseguidos por seus membros e exerciam pressão sobre os conselhos de administração para reorientar as políticas da empresa. Até mesmos os acionistas minoritários agitaram-se procurando ajuda de especialistas.

---

[1]Acadêmico do 7º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Cidade Verde (FCV).
[2]Acadêmico do 7º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Cidade Verde (FCV).
[3]Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Cidade Verde (FCV).

Depois de pressionadas, as empresas sentiram-se na obrigação de justificar seu objetivo social, transmitindo uma boa imagem da organização com relação ao meio ambiente, alinhando-se nas normas sociais, moderando ou suprimindo os prejuízos sociais e ambientais que provocam.

Este estudo teve como objetivo descrever as novas responsabilidades contábeis desenvolvidas em função da crescente preocupação com os impactos causados pela atuação da empresa.

As companhias cada vez mais são cobradas por acionistas, governos, organizações não governamentais e também pelos seus clientes a justificarem e publicarem seus investimentos nas áreas social e ambiental.

Para responder a essas pressões as empresas necessitam não apenas aumentar o número de informações divulgadas, mas também gerenciar ações que minimizem os danos causados ao meio ambiente e que propiciem atitudes mais éticas perante a sociedade. Para tanto, é preciso ter um bom sistema de controle.

Isto é possível por meio da implantação da contabilidade social e da contabilidade ambiental. Ambas são especializações da ciência contábil e tem como foco gerir os processos empresariais levando em consideração a participação da empresa no meio social e seus impactos à natureza.

2 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A contabilidade existi desde o início da civilização, pode-se dizer que a partir de 4.000 a.C. onde surgiu o primeiro pensamento de posse, mas como naquela época não exista números como avaliar o crescimento de seu rebanho, então o homem teve a ideia de contar através de pedras.

Segundo Marion (2009) o homem separava uma pedrinha para cada cabeça de ovelha, executando assim o que o contabilista chamaria hoje de inventário, após o término dessa missão, o homem separava o conjunto de pedrinhas, guardando-as com muito cuidado, pois o conjunto representava a sua riqueza num determinado momento.

Para o homem conseguir avaliar o crescimento de seu rebanho, ele contava quantas pedrinhas ele tinha contigo para assim analisar se todas as ovelhas de seu rebanho estavam junto com ele, ou se teve um acréscimo ou decréscimo.

Se o seu rebanho aumentasse, mais lã ele tinha para poder fazer a troca por equipamentos de caça e pesca, por isso houve a necessidade de controlar seus

bens, para isso ele tinha que separar uma quantia de pedrinhas para cada cabeça de ovelha e verificar quantas delas iria utilizar para cada instrumento de caça obtido.

Segundo Hoss *et al*. (2012), a contabilidade nasceu da necessidade de a humanidade saber sobre sua riqueza, seja atual, passada ou a tendência futura. Como conseguiu acumulá-la, como está no momento e o que esperar de sua evolução.

Entre os séculos XIII e XIV ocorreu uma grande evolução na Contabilidade, onde os primeiros acontecimentos na economia proporcionaram um impulso espetacular na ciência contábil, principalmente na Itália.

Marion (2009) cita que o marco nesse período foi a primeira literatura contábil relevante, escrita por Frei Luca Pacioli, em 1494, consolidando o método das partidas dobradas, expressando a causa e o efeito do fenômeno patrimonial com os termos débito e crédito. O termo “partidas dobradas” já existia, mas foi o frei Luca Pacioli quem divulgou, e assim a teoria se espalhando por toda a Europa.

Após ganhar destaque com a publicação das partidas dobradas, a Contabilidade continuou evoluindo, e essa evolução sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais (FAVERO *et al.*, 2011). Atualmente, a contabilidade é de suma importância para as empresas, sendo uma excelente ferramenta de informação utilizada pelos diversos usuários, sejam eles internos ou externos, para tomada de decisão.

Segundo Favero (2011) as informações contábeis deveriam ser elaboradas a partir das necessidades informacionais dos usuários, ou seja, a contabilidade deveria ser capaz de gerar relatórios direcionados de acordo com as necessidades dos usuários, facilitando assim a tomada de decisões.

Percebe-se que com a evolução empresarial as necessidades dos usuários também passaram por transformação, exigindo do profissional contábil uma melhor evidenciação da informação. Favero (2011) diz que a complexidade do processo na geração da informação contábil é resultante das características dos usuários combinada com os propósitos para os quais as informações serão utilizadas.

Verifica-se então que as informações divulgadas para os usuários internos não devem ser padronizadas, mas sim direcionadas segundo a necessidade de cada usuário. Diferentemente, as informações geradas para os usuários externos deverão ser padronizadas, utilizando-se os relatórios contábeis obrigatórios por lei, os quais já apresentam dados significativos sobre a entidade.

Até por volta de 1960, os relatórios corporativos eram essencialmente

financeiros. A partir do referido período, informações não financeiras passaram a ser incluídas, surgindo alguns relatórios sociais e corporativos. Estas informações ganharam destaque a partir de 1980, gerando uma diversidade de relatórios sociais, corporativos e de sustentabilidade, uma vez que as empresas perceberam que dados não quantitativos também mereciam atenção (CARVALHO, 2013).

Carvalho (2013) afirma que esse processo de reconhecimento da importância de dados não financeiros por parte das empresas ocorreu em paralelo à preocupação de diversos setores da sociedade em relação aos problemas ambientais. Segundo o autor, talvez a primeira Conferência Mundial de Proteção ao Meio Ambiente, realizada em 1972, tenha sido o momento mais marcante no sentido de conscientização dos problemas ambientais.

3 CONTABILIDADE SOCIAL

Na ciência contábil, assim como em diversos campos de estudos, existem as chamadas especializações, como por exemplo, a Contabilidade Agrícola, Gerencial, Custos, Comercial, entre outras. Kroetz (2000) afirma surgir a Sociologia da Contabilidade e desta uma nova Contabilidade, a Contabilidade Social:

> A efetivação do êxito dessa especialidade requer que a organização adote como forma de gerir uma gestão eminentemente participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional, tendo como instrumento de controle e prevenção a auditoria social e demonstrando as mutações quantitativas e qualitativas por meio do Balanço Social, que tem a função de complementar as demonstrações já, tradicionalmente, extraídas dos registros contábeis. (KROETZ, 2000, p. 53).

Assim como a contabilidade tradicional, a contabilidade social também tem como objeto de estudo o patrimônio aziendal, que numa definição simples e objetiva quer dizer ‘o patrimônio da empresa’. Contudo, através do Balanço Social, divulga informações não financeiras sobre as alterações patrimoniais e, consequentemente, seus impactos no meio em que a empresa atua.

Segundo Taylor apud Gonçalves (1980), a necessidade de contar com um indicador confiável, para saber se a gestão está progredindo ou retrocedendo na área social, fez com que surgisse um novo modelo de relatório, denominado Balanço Social.

O Balanço Social é composto por quatro tópicos:

a) Indicadores Sociais Internos: apresentam dados relacionados entre a empresa e seus funcionários na questão de investimentos monetários;
b) Indicadores Sociais Externos: apresentam os mesmos dados, só que aplicados na sociedade, ou seja, entre a empresa e a sociedade.
c) Indicadores Ambientais: apresentam o que a empresa investiu no meio ambiente, para que suas atividades não causem, ou diminuam ao máximo os impactos na natureza e até mesmo no desenvolvimento de pesquisas para tal investimento.
d) Indicadores do Corpo Funcional: apresentam dados numéricos de seu quadro de funcionários.

No Brasil, diversas empresas, a partir da década de 90, realizaram ações sociais e ambientais, e passaram a divulgar anualmente relatórios com esses dados. Silva e Freire (2001) destacam que a cobrança das agências internacionais de fomento e as campanhas de várias instituições de preservação da natureza, contribuíram para a redução de impactos ambientais provocados por empresas públicas e privadas.

O Balanço Social é uma demonstração contábil de divulgação voluntária no Brasil. Já em outros países, como por exemplo, a França, ele é obrigatório. Segundo Ribeiro (2010) empresas francesas com mais de 750 funcionários, são obrigadas a divulgar informações sociais, revelando, por meio dos indicadores, como está o nível de responsabilidade social da empresa.

Antigamente o relatório social tinha uma visão mais restrita, limitando-se em abordar os aspectos relativos à força de trabalho empregado. Ao passar do tempo, foi abrindo novos horizontes e ganhando uma abordagem mais ampla, pois, além dos dados relativos a esses recursos, foram incluídos como elemento da responsabilidade social a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado à economia do País (RIBEIRO, 2010).

Com o interesse de obter um diferencial através do reconhecimento da sociedade, é crescente o número de empresas publicando seus investimentos sociais.

4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Paralelamente à responsabilidade social empresarial, surge a questão ambiental que deve ser discutida pelos empresários, vindo à tona graças à

globalização dos negócios, à internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descritos na série ISO 14000, à conscientização crescente dos atuais consumidores e à disseminação da educação ambiental nas escolas (DONAIRE, 2009).

Isso faz com que despertem nas empresas os benefícios da gestão ambiental, porém ainda há consideravelmente um número de organizações com o pensamento de que se investir para o menor impacto possível no meio ambiente, estarão tirando uma parcela dos seus lucros.

Estudos comprovam que uma política ambiental bem elaborada e aplicada seguindo o planejado traz muitos benefícios. Existem empresas que já implantaram a gestão ambiental e que estão obtendo lucros e protegendo o meio ambiente ao mesmo tempo. É necessária uma dose de criatividade e condições internas para transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios, afirma Donaire (2009).

Há inúmeras formas de obter lucros protegendo o meio ambiente:

> Entre essas oportunidades podemos citar a reciclagem de materiais que tem trazido uma grande economia de recursos para as empresas; o reaproveitamento dos resíduos internamente ou sua venda para outras empresas através de Bolsa de Resíduos ou negociações bilaterais; o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas ao ambiente, que se transformam em vantagens competitivas e até mesmo possibilitam a venda de patentes; o desenvolvimento de novos produtos para um mercado cada vez maior de consumidores conscientizados com a questão ecológica, geração de materiais de grande valor industrial a partir do lodo tóxico, estações portáteis de tratamento, miniusinas para uso de pequenas empresas e o aparecimento de um mercado de trabalho promissor ligado à variável ambiental que deverá envolver auditores ambientais, gerentes de meio ambiente, advogados ambientais, bem como o incremento de novas funções técnicas específicas (DONAIRE, 2009, p. 51).

A consciência socioambiental depende também da mudança de cultura e de hábitos, não somente das organizações. Os próprios clientes ao pressionar as empresas consumindo produtos de organizações que deixam algo benéfico ao meio ambiente e a sociedade local, acabam por desenvolver a responsabilidade ambiental.

4.1 Contabilidade ambiental

Segundo Barbier (1987), o conceito de desenvolvimento econômico sustentável aplicado ao Terceiro Mundo diz respeito diretamente à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água etc., e não diz respeito somente ao crescimento econômico no nível de agregação nacional.

Em termos gerais, o objetivo primeiro é reduzir a pobreza absoluta do mundo pobre através de provimento de meios de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão de recursos, a degradação ambiental, a disrupção da cultura e a instabilidade social.

O desenvolvimento sustentável faz correlação com o desenvolvimento trabalhado, ou seja, é importante que se ofereça uma qualidade de vida aos pobres, e que, como os ricos, tenham acesso aos recursos necessários para que possa viver com qualidade de vida, pois, as organizações preocupam-se muito com o valor econômico esquecendo-se do fundamental que é gerar estas riquezas.

Ao estudar sustentabilidade é possível notar que existe uma relação forte em três áreas distintas, porém com o mesmo objetivo: econômico, ambiental e social, denominado por Elkington (2012) como *Triple Botom Line* (TBL), representando as três bases para gestão empresarial. Segundo o autor, o sucesso do mercado dependerá da capacidade de empresas, ou até mesmo de toda a cadeia de valor, atingir simultaneamente lucratividade, qualidade ambiental e justiça social.

Em resposta a necessidade de preocupação ambiental surgiu no campo da contabilidade a “contabilidade ambiental”, que, segundo Paiva (2006, p. 17) pode ser compreendida como “a atividade de identificação de dados e o registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário, servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”. Para o autor, esta tem como objetivos auxiliar na elaboração de um plano estratégico e no gerenciamento das atividades e fornecer informações externas como forma de prestação de contas por sua atividade.

A contabilidade ambiental preocupa-se com a transparência dos relatórios e busca detalha-los o máximo possível. Para que isso aconteça é preciso não somente acrescentar informações aos relatórios empresariais, é necessário ter uma política interna muito bem planejada e executada.

Com o máximo de cuidado em todos os departamentos da organização, empresas que atuam e utilizam os recursos naturais com frequência, devem ter seu departamento de Contabilidade Ambiental.

Segundo Paiva (2006) o termo contabilidade ambiental foi designado após o desenvolvimento sustentável ter ocupado as pautas de discussões sobre os rumos do planeta, a continuidade do crescimento e os recursos naturais não renováveis.

Baroni apud Ferreira (2011) escreveu que o desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade ou até mesmo destruir o acesso para as gerações futuras.

A contabilidade ambiental pode ser definida como um sistema destinado a dar informações sobre a diminuição dos elementos naturais, relacionado com as atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar a mesma (CHRISTOPHE apud TINOCO, 2006).

> O grau evolutivo de conscientização ambiental de determinada nação refletirá diretamente o estágio em que se encontra a Contabilidade Ambiental desse país. Nos países mais evoluídos, com economia sólida e onde as necessidades básicas da população são suprimidas, há preocupação com o meio ambiente por parte dos cidadãos. As leis desses países e seu cumprimento, assim como as exigências da sociedade, determinarão o comportamento das empresas em seu convívio com a natureza. (PAIVA, 2006, p. 18).

A contabilidade ambiental se subdivide em três grandes grupos: a Contabilidade Nacional Ambiental, a Contabilidade Financeira Ambiental e a Contabilidade Gerencial Ambiental.

4.2 Contabilidade nacional ambiental

A contabilidade nacional ambiental parte do pressuposto que os gestores necessitam de informações financeiras para tomar decisões relacionadas ao agravamento dos problemas ambientais, tendo como objetivo contribuir para o estabelecimento de novos procedimentos, já que o sucesso da gestão ambiental depende da qualidade da informação que ela receba (FERREIRA, 2011).

Segundo Paiva (2006) essa contabilidade também tem a missão de subsidiar a geração de indicadores que podem ser utilizados no acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas ambientais.

Para Motta, citado por Paiva (2006), a introdução da variável ambiental das contas nacionais não deve ser reduzida somente à finalidade de apresentar agregados de renda. Na realidade a contabilidade ambiental deve ser entendida como um instrumental poderoso para o planejamento.

Como o próprio nome já diz essa contabilidade é voltada para a nação, com isso sendo de interesse dos órgãos públicos, que é claro, são os que mais devem incentivar práticas que acabam ou reduzam os impactos ambientais, além de fiscalizar o nível de responsabilidade ambiental das entidades, isso porque afeta não só a nação, mas o planeta como um todo.

4.5 Contabilidade financeira ambiental

A contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de apoiar a avaliação do desempenho e tomada de decisões dos usuários da contabilidade, considerando a questão ambiental, auxiliando na condução de medidas que possam culminar na preservação ambiental e contribuir para o processo de compatibilização com o desenvolvimento econômico sustentável (PAIVA, 2006).

A contabilidade financeira ambiental pode-se dizer que é uma mediadora, ela entende que a empresa precisa de lucro, porém, é necessário investir no bem estar social, com isso desenvolve um planejamento que atende às duas vertentes: financeira e ambiental.

Todas as contabilizações devem ser realizadas seguindo aos princípios contábeis, e se tratando de financeiro, é impossível não falar de custos. Segundo Ferreira (2011), a definição de custos diretos são fatos geradores que afetam o meio ambiente e o impacto pode ser identificado, já os indiretos seus fatos que afetam indiretamente o meio ambiente, não sendo possível identificá-los.

Ferreira (2011) destaca que as receitas ambientais são oriundas da prestação de serviço de conservação e preservação de áreas nativas e de elementos da natureza e na redução de impacto e limpeza.

Confrontando as receitas com os custos ambientais, espera-se obter, é claro um lucro ambientalmente correto que está relacionado à capacidade da empresa em gerar resultados econômicos positivos sem causar poluição (FERREIRA, 2011).

4.6 Contabilidade gerencial ambiental

A gestão ambiental assim como a contabilidade evoluiu, e hoje o responsável por gerenciá-la deve-se atentar não tão somente para os impactos que a organização possa vir a causar, mas também o retorno que a aplicação devida de seus recursos possa vir a agregar em valores à empresa.

O objetivo da Contabilidade Gerencial no que se refere à gestão ambiental tem como finalidade a gestão eficiente e sustentável para a manutenção física do capital natural, considerando estes como um portfólio de ativos que geram benefícios a todas as atividades, e que em contrapartida, será responsável por gerar melhores relatórios socioambientais e de sustentabilidade, considerando que ao mesmo tenha sido incluso a variável econômico-financeira.

Para Ferreira (1999) a gestão contemporânea é movida a resultados, portanto, um sistema de informações voltado para a atividade ambiental deveria ter a capacidade de apresentar os resultados das ações referentes a ela e não somente em relação aos custos incorridos.

A contabilidade gerencial ambiental é uma ferramenta de utilização interna para tomada de decisões. De acordo com Paiva (2006), seu registro objetiva gerenciar as emissões de resíduos poluentes nas operações, pesquisar melhores formas de obtenção de energia ao menor custo possível, gerenciando a geração de destinação de resíduos sólidos e líquido, cuidar da composição das embalagens e dos produtos, evitando problemas em seu descarte.

5 SISTEMA DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL (SGA)

É através da implantação de um SGA, associado à certificação, que se torna possível chegar a resultados mais promissores em que faz referência à diminuição dos custos e a eficiência da entidade.

> A segregação dos custos é fundamental para apurar informações elementares nesse processo. As estratégias principais, nessa área, devem ser: reduzir ao mínimo possível, se não eliminar, a produção de resíduos poluentes; elevar ao máximo a produtividade com grau de qualidade ambiental crescente; manter sistema de gerenciamento ambiental eficazes ao menor custo permitido. (RIBEIRO; SOUZA, 2010, p. 201).

O que leva as empresas a não possuírem um SGA, normalmente está vinculado ao valor de aquisição e a demanda de tempo e esforço, pois é necessário

um pessoal preparado para administrá-lo. Este irá expor os problemas que possa existir na organização em referência ao método utilizado para produção e os custos que impactam neste processo. Também irá identificar as alterações necessárias para que obtenção do certificado da *International Organization for Standardization* (ISSO) 14001 e 14004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o que exigirá um maior comprometimento da empresa.

Embora sejam elevados os custos em se obter o SGA, a não utilização do sistema pode trazer custos maiores em ainda, pois surgem assim os problemas que estão relacionados aos passivos ambientais. Os processos na justiça relacionados a impactos ambientais são muito caros, e ainda podem paralisações na empresa devido a não estar de acordo com as leis ambientais.

Empresa vistas como agressoras do meio ambiente podem perder espaço no mercado, se tornar menos competitiva. Por outro lado, empresas que possuem o SGA implantado e que buscam a certificação ISO 14001, obedecendo às normas 14004 da ABNT, através da exploração do marketing como responsabilidade ambiental, acabam evitando possíveis acidentes ambientais e tendo uma visão mais amigável da sociedade em relação ao meio ambiente, pois, os consumidores podem vir a consumir mais os seus produtos ao conhecer sua responsabilidade ambiental.

6 AUDITORIA E MODELO DE GESTÃOAMBIENTAL

A Auditoria é uma das áreas da contabilidade que mais evoluiu nos últimos 40 anos. Pode ser classificada como:

- Auditoria Contábil: visa basicamente a obtenção de informações e evidencia da integridade e confiabilidade das informações que são divulgadas nas demonstrações contábeis;
- Auditoria operacional e de gestão: tem seu foco voltado em identificar os recursos disponíveis na entidade e quanto a sua aplicabilidade, se é utilizado de forma econômica, eficiente e eficaz;
- Auditoria de Conformidade: é responsável em demonstrar se as normas, regulamentos, as leis estabelecidas sejam no âmbito interno ou externo estão sendo cumpridas pela empresa que esteja sendo auditada.

A auditoria tem importância significativa ao processo de quantificação de impactos ambientais e formas para reduzi-lo, pois, através dela é possível detectar a

conformidade legal, eventuais gastos com passivos ambientais, e eventuais desperdícios que se detecta no processo produtivo. A principal finalidade da Auditoria Ambiental é averiguar se os procedimentos aplicados pela SGA e as exigências que se faz estão sendo cumpridas e respeitadas pelas entidades.

Donaire (2010) faz uma observação bastante importante quando afirma que embora grande parte das organizações tenha a auditoria com o propósito principal de atender às exigências legais, a mesma pode ser vista com outras utilidades que agregam maior valor, não apenas para a organização, mas também como para o meio no qual se encontra inserida.

Ao ser implementada, a auditoria ambiental ajuda a empresa a ter sua postura pró-ativa, otimizando o uso das fontes naturais, ou seja, consumindo menor quantidade de recursos naturais e gerando o menor impacto ambiental, não deixando operar com a mesma eficácia.

A degradação do meio ambiente causa perda imensurável no que condiz aos recursos que da natureza se extrai e também para os seres que a habitam. Embora o assunto seja discutido há muito tempo, nos dias atuais tornou-se predominantemente discutido por toda a sociedade, pois, há uma maior preocupação quanto aos problemas ambientais que podem vir a se agravar caso não seja tomada atitudes imediatas. Com a mudança de comportamento dos indivíduos, as entidades já começam a enfrentar problemas, pois, ao mensurarem seus resultados econômicos encontra-se numa situação não tão favorável, além de que estes recursos se não reintegrados ao ambiente podem se tornar escasso para a atividade em que pratica.

Devido a estes problemas que as organizações vêm enfrentando, surge então o modelo de gestão que deve ser seguido por seus gestores, fornecendo informações úteis que os possibilitem nas tomadas de decisões para que se possa diminuir ou eliminar os problemas pertinentes ao processo de degradação do meio ambiente, e por assim sendo, criar alternativas para melhorar seu desempenho e em contrapartida gerar benefícios ao meio ambiente e uma melhor visão perante as pessoas.

7 PROCESSO DE GESTÃOAMBIENTAL E MODELO DE MENSURAÇÃO

Segundo Valle (2002) a gestão ambiental consiste em um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente aplicados,

permitem reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente.

O gestor deve mensurar o evento econômico de acordo com as decisões tomadas, sendo estas avaliadas em seus aspectos operacionais, econômicos, financeiros e ambientais.

O objetivo esperado é que o método a ser utilizado deva recuperar o ambiente degradado, seja para diminuir o impacto ou coloca-lo nas mesmas condições em que se encontrava antes da degradação, além de procurar evitar que novas degradações possam ocorrer, permitindo desta maneira a reutilização de material ou da sucata gerada nas demais atividades, e por fim, monitorar todas as ações da empresa que envolva alterações ambientais, de modo a tê-las sob controle e evitar que o meio ambiente fique exposto a riscos desnecessários.

Quanto à operacionalização dessa gestão poderá ser dividida em quatro atividades, sendo desde a reciclagem que seria a reutilização de materiais e/ou produtos, de modo a estender seu ciclo de vida e diminuir os problemas como depósito de dejetos ou da emissão de poluentes; recuperação visa melhorar a real situação do ambiente, tentando ao menos evitar mais poluições ou tentar buscar seu estado anterior; quanto a prevenção requer investimentos que evitam que possíveis problemas ambientais possa vir à surgir e em contrapartida auxiliará na diminuição de seus custos. Por fim se têm o monitoramento que faz referência ao controle dos níveis de poluição e os programas de prevenção, que pode até mesmo ser o método para recuperar o ambiente que foi prejudicado com a degradação.

Para que se possam mensurar os custos desses eventos devem-se:

- Estabelecer como unidade de mensuração a unidade monetária através dos benefícios que um ativo ambiental possa agregar a entidade;
- Avaliar os passivos pelo valor presente da dívida;
- Previsão de passivos contingentes, pelo valor presente da expectativa de restrições futuras sobre os ativos, permitindo a comparabilidade dos capitais equivalente em períodos diferentes;
- Que a moeda seja isenta de variação em seu poder aquisitivo e que a mesma possa ser corrigida através da aplicação de taxa de inflação;
- Aplicar as taxas de juros pertinentes a cada evento;

- Estabelecer um preço de transferência para produtos ou serviços que serão respectivamente entregue a terceiros, utilizando o preço de mercado a vista por um serviço de igual qualidade e especificação.

Esse modelo de mensuração serve para estabelecer uma relação entre os recursos produzidos e consumidos para a produção, e para qualquer decisão que venha a ser tomada, respeitando o aspecto ambiental.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo descrever as novas responsabilidades contábeis desenvolvidas em função da crescente preocupação com os impactos causados pela atuação da empresa.

Percebe-se que atualmente as empresas não podem se preocupar apenas com a geração de resultados econômicos positivos, mas também com os impactos e suas atividades provocam no meio em que atuam.

A utilização de recursos naturais, o descarte de resíduos na natureza, a geração de emprego e renda, são fatos que afetam diretamente a sociedade e que por isso merecem ser divulgados aos interessados sobre a atuação da empresa.

Além disso, os recursos naturais se tornando cada vez mais escassos, aumenta a pressão popular sobre as empresas, para que além de diminuir seus impactos sobre a natureza, devem desenvolver mecanismos de conservação dos recursos existentes.

Como se observa, a contabilidade está em constante desenvolvimento para atender as novas exigências da sociedade. Por isso, questões sobre relações sociais e de conservação ambiental são temas que devem ser de conhecimento dos contadores para uma melhor atuação da profissão.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Ricardo Campelo. **Políticas & indicadores da qualidade na educação superior.** Rio de Janeiro: Dunya; Qualitymark, 1997.

CARVALHO, L. N. **Relato Integrado e sustentabilidade**. Vídeo. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/videos_view.php?id=288>. Acesso em: 04/12/2013.
DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio (Organizadores). **Balanço Social – Teoria e Prática.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balanço Social da Empresa na América Latina.** 1 ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

HAMILTON, Luiz Favero; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de; TAKAKURA, Massakazu. **Contabilidade: teoria e prática.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011

IUDÍCIBUS**,** Sérgio de; MARION**,** José Carlos. **Curso de Contabilidade Para Não Contadores.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos – **Introdução da contabilidade** – Campinas, SP: Editora Alínea 2009 Edição Especial.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social – Teoria e Prática.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Básica.** São Paulo: Frare, 2006.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental – Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social – Uma Abordagem da transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 3** ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WISSMANN, Martin Airton. **Responsabilidade Social e Balanço Social.** 1 ed. Cascavel: Univel, 2007.